

PREVENÇÃO AO SUICÍDIO NA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS: A CORAGEM DE FALAR E O DEVER DE ESCUTAR

SUICIDE PREVENTION IN THE AMAZONAS MILITARY POLICE: THE COURAGE TO SPEAK AND THE DUTY TO LISTEN

Diego Bernardino da Silva¹
Denison Melo de Aguiar²
Flávio Humberto Pascarelli Lopes³
Bruno Patrício de Azevedo Campos⁴
Jonathan Gomes da Silva⁵
Newton Suassuna da Silva Neto⁶

RESUMO: O presente artigo dedica-se a investigar a prevenção do suicídio no âmbito da Polícia Militar, com um recorte específico para a realidade do Amazonas (PMAM). O estudo tem como objeto a dinâmica comunicacional entre a tropa e o comando, analisando como o silêncio institucional agrava o sofrimento psíquico. O objetivo geral consiste em demonstrar que a coragem de expressar a dor e o dever da liderança em praticar a escuta ativa são ferramentas vitais de proteção à vida. A metodologia pauta-se em pesquisa bibliográfica e análise documental, examinando normativas internas recentes da PMAM — como a Portaria nº 001/2025 e os programas de Capelania — triangulando esses dados locais com referenciais teóricos de corporações coirmãs (Paraná e Santa Catarina). Os resultados indicam que, embora o medo do julgamento e o acesso a armas sejam catalisadores de risco, iniciativas locais de combate ao assédio e suporte espiritual têm avançado. As considerações finais apontam para a urgência de consolidar a humanização das relações hierárquicas, transformando a "fala" e a "escuta" em políticas de saúde perenes.

Palavras-chave: Suicídio. Polícia Militar. Saúde Mental. Escuta Ativa. Prevenção.

¹Bacharel em Psicologia (Fametro-2012), Bacharel em Direito (Fametro-2020). Especialista em Psicologia Jurídica (Fametro-2015), Direito Constitucional (Facuminas-2022), Direito Penal (Facuminas-2022), Direito Processual Penal (Facuminas-2022) e Segurança Pública (Facuminas-2022). Bacharelando em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Cadete da Polícia Militar do Amazonas.

²Pós-Doutor UniSalento (Itália-2024), Doutor em Direito. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA).

³ Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

⁴Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade La Salle de Manaus – UNILASSALE, E em MBA em Gestão Estratégica da Administração Pública pela Faculdade Descomplica – DESCOMPLICA. Graduado em Direito pela Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM. Chefe do Estado Maior Geral e Coronel da Polícia Militar do Amazonas – PMAM.

⁵ Polícia Militar do Estado do Amazonas – PMAM. Bacharelando em Segurança Pública e do Cidadão; Pós-graduado em Direito Público pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Bacharel em Direito pela UEA.

⁶Graduação em Tecnologia em Gestão Financeira pela ESBAM. Especialista em direito penal pela UniBF. Cadete do curso de formação de Oficiais da Polícia Militar do Amazonas. Discente do curso de Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

ABSTRACT: This article investigates suicide prevention within the Military Police, with a specific focus on the Amazonian context (PMAM). The study examines the communication dynamics between the troops and the command, analyzing how institutional silence exacerbates psychological distress. The general objective is to demonstrate that the courage to express pain and the leadership's duty to practice active listening are vital tools for life protection. The methodology is based on bibliographic research and document analysis, examining recent internal PMAM regulations—such as Ordinance No. 001/2025 and Chaplaincy programs—and triangulating this local data with theoretical frameworks from counterpart law enforcement agencies (Paraná and Santa Catarina). The results indicate that, although fear of judgment and access to firearms are risk catalysts, local initiatives combating harassment and providing spiritual support have progressed. Final considerations point to the urgency of consolidating the humanization of hierarchical relationships, transforming "speaking" and "listening" into permanent health policies.

Keywords: Suicide. Military Police. Mental Health. Active Listening. Prevention.

I. INTRODUÇÃO

A discussão sobre o suicídio, embora cercada de tabus, impõe-se como uma emergência de saúde pública global, superando anualmente o número de vítimas de guerras e conflitos somados. Quando voltamos o olhar para as instituições de segurança pública, deparamo-nos com um cenário ainda mais delicado: o policial, figura treinada para ser o guardião da sociedade, muitas vezes sucumbe a um inimigo silencioso e interno.

Dados recentes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2025) corroboram a gravidade desse cenário, indicando que as taxas de suicídio na categoria continuam alarmantes e, em diversas unidades da federação, superam o número de mortes em confrontos operacionais.

A gravidade do cenário é corroborada por estudos recentes focados na realidade local e nacional. Araújo e Aguiar (2025) destacam que a taxa de suicídio entre policiais da ativa cresceu 26,2% em 2023, transformando-se na maior causa de mortes na categoria no Brasil, superando inclusive os óbitos decorrentes de confrontos em serviço ou na folga.

A natureza da atividade policial no Brasil impõe uma carga emocional avassaladora. O profissional lida diariamente com a violência, a miséria humana e o risco iminente de morte, tudo isso sob a égide de uma cultura organizacional que valoriza a virilidade e, não raro, desencoraja a demonstração de fragilidade.

Nesse contexto, o "falar" sobre suas angústias torna-se um ato de coragem quase revolucionário, enquanto o "ouvir" transforma-se em um dever ético e estratégico para a preservação da tropa.

A presente pesquisa busca lançar luz sobre essa problemática, propondo uma reflexão

voltada à Polícia Militar do Amazonas (PMAM). Utilizando-se de comparativos com experiências documentadas nas polícias do Paraná e de Santa Catarina, o estudo explora como a quebra do silêncio e a capacitação dos comandantes para uma escuta empática podem redefinir as estratégias de prevenção e salvar vidas.

O objeto de pesquisa central desta investigação é a relação entre a cultura do silêncio nas corporações militares e a incidência de comportamento suicida, focando nas estratégias de comunicação e acolhimento como vetores de prevenção. O estudo delimita-se à análise dos fatores de risco psicossociais — como o estresse ocupacional, o acesso ininterrupto a armas de fogo e o rigor hierárquico — e como estes elementos inibem o pedido de ajuda por parte dos policiais militares.

Conceitualmente, aborda-se o suicídio não apenas como um ato individual, mas como um fenômeno multifacetado e muitas vezes anômico, influenciado pela desregulação social e pela pressão institucional. O contexto da pesquisa situa-se na necessidade de adaptar as práticas de prevenção, já observadas em outras regiões do país, para a realidade da Polícia Militar do Amazonas, onde a coragem de expor a própria vulnerabilidade deve encontrar eco no dever de acolhimento por parte da liderança.

Há relevância para realização do estudo uma vez que se alicerça na urgência de proteger aqueles que dedicam suas vidas a proteger os outros.

3

A relevância social é indiscutível. A perda de um policial para o suicídio gera um trauma profundo que reverbera na família, na corporação e na sociedade, que perde um agente de segurança qualificado. Além disso, um policial em sofrimento psíquico, sem espaço para ser ouvido, pode ter seu discernimento comprometido, afetando a qualidade e a segurança do serviço prestado à população amazonense.

Do ponto de vista da relevância científica, busca-se preencher uma lacuna na literatura regional. Embora existam diagnósticos robustos sobre o suicídio policial no Sul e Sudeste do Brasil, a produção científica focada na região Amazônica ainda carece de maior profundidade. Este artigo visa contribuir para a ciência na Amazônia, adaptando conhecimentos globais sobre saúde mental para as especificidades locais.

No âmbito da relevância acadêmica, especialmente para as instituições de ensino jurídico e de segurança no Amazonas, este trabalho propõe uma mudança de paradigma: deslocar o foco da mera repressão disciplinar para a gestão humanizada de pessoas. Compreender que o "ouvir" é uma ferramenta de gestão tão importante quanto o armamento é vital para a formação dos

futuros líderes da corporação.

O Objetivo Geral deste artigo científico consiste em analisar como a promoção de um ambiente seguro para o diálogo ("coragem de falar") e a capacitação das lideranças para o acolhimento ("dever de escutar") podem atuar como fatores determinantes na prevenção do suicídio na Polícia Militar do Amazonas.

Quanto aos objetivos específicos, consiste em Mapear os fatores de risco organizacionais e culturais que levam ao silenciamento do sofrimento psíquico entre os policiais militares, como o estigma da fraqueza e o receio de punições administrativas. Demonstrar o papel estratégico dos comandantes na identificação precoce de sinais de comportamento suicida (como desesperança e isolamento) e na condução de uma abordagem empática e livre de julgamentos. Avaliar a aplicabilidade de setores e programas de prevenção e suporte biopsicossocial vigentes na Polícia Militar do Amazonas.

Considerando que a atividade policial é inerentemente estressante e que a Polícia Militar do Amazonas (PMAM) possui uma cultura organizacional historicamente pautada na rigidez hierárquica e na valorização da virilidade, o problema central que orienta esta pesquisa é: de que maneira o silêncio institucional, imposto pelo estigma da fraqueza e pelo mito da invulnerabilidade ("herói"), agrava o sofrimento psíquico dos policiais militares do Amazonas, e em que medida a ausência de uma capacitação da liderança para o "dever de escutar" compromete a eficácia das estratégias de prevenção ao suicídio na corporação?

4

Levanta-se como hipótese que a redução da letalidade autoprovocada depende de uma mudança de paradigma na gestão: se o Alto Comando institucionalizar o acolhimento humanizado e capacitar os oficiais para praticarem a escuta ativa e empática (o "dever de escutar"), rompendo com o julgamento moral, então haverá a criação de um ambiente seguro que encoraje a tropa a expressar suas vulnerabilidades (a "coragem de falar"), permitindo a identificação precoce de riscos e a intervenção eficaz antes que o ato extremo ocorra.

Quanto à metodologia este estudo adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender fenômenos subjetivos e sociais complexos, como o sofrimento psíquico, o estigma do suicídio e a cultura organizacional militar, que não podem ser quantificados apenas por estatísticas, exigindo uma interpretação dos significados atribuídos pelos sujeitos e pelas instituições.

Como procedimentos técnicos, a pesquisa foi dividida em duas etapas: revisão

bibliográfica e análise documental. Na etapa de revisão bibliográfica, realizou-se o levantamento de artigos científicos publicados em bases de dados acadêmicas e revistas especializadas em segurança pública e ciências policiais.

O recorte temporal priorizou publicações recentes, situadas predominantemente entre os anos de 2018 e 2025, garantindo a atualidade dos dados. Foram utilizados como descritores de busca termos como: "suicídio policial", "saúde mental na Polícia Militar", "prevenção ao suicídio", "cultura organizacional militar" e "PMAM". Esta etapa permitiu fundamentar teoricamente a importância da "fala" e da "escuta" como ferramentas de prevenção.

Na etapa de análise documental, foram examinados documentos oficiais que regem a conduta e as políticas de saúde da Polícia Militar do Amazonas. Deu-se ênfase à análise da Portaria nº 001/2025 CMT G PMAM, que institui a política de prevenção e enfrentamento ao assédio e à discriminação, bem como aos relatórios de atividades da Capelania Militar e da Diretoria de Promoção Social. Esses documentos foram essenciais para identificar as ações institucionais concretas (programas e eventos) e o posicionamento do Alto Comando frente ao problema.

O tratamento dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo, buscando identificar nos textos as barreiras institucionais (estigma, medo, hierarquia rígida) e os fatores de proteção (capelania, psicologia, liderança humanizada). A partir dessa triangulação entre a teoria científica e os documentos normativos da PMAM, foi possível construir a discussão sobre a coragem de falar e o dever de escutar no contexto amazônico.

5

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O SILÊNCIO E O ESTIGMA: A CULTURA DO "HERÓI" E O SOFRIMENTO PSÍQUICO NA PMAM

A cultura organizacional das instituições militares, incluindo a Polícia Militar do Amazonas (PMAM), é historicamente alicerçada na hierarquia e na disciplina. Contudo, essa estrutura, quando interpretada de forma rígida, pode fomentar o mito da "invulnerabilidade" ou do "policial herói". Segundo Cruz e Rocha (2025), a atividade policial é marcada por exigências extremas e uma estrutura que favorece a invisibilidade do trauma, onde o profissional se sente obrigado a manter uma imagem de força, desautorizando a busca por ajuda.

Nesse sentido, Silva e Bueno (2017) argumentam que a cultura organizacional militar, quando mal interpretada, atua como uma barreira rígida onde o pedido de ajuda é visto como

incompatível com a identidade profissional. Complementando essa visão, Ferreira Junior, Tavares e Cursino (2025) definem a instituição como uma "máquina de produzir silêncio", onde o estigma atua como barreira para o reconhecimento do adoecimento. Bassani (2024) reforça que essa construção de masculinidade hegemônica — a figura do "guerreiro" que tudo suporta — cria um isolamento perigoso, onde o policial se vê impedido de demonstrar vulnerabilidade sob pena de descrédito perante seus pares.

O sofrimento psíquico na caserna é frequentemente estigmatizado. O policial militar, treinado para suportar situações extremas de violência, muitas vezes percebe a dor emocional como uma falha. Conforme apontam Siqueira e Do Passo (2025), o modelo institucionalizado muitas vezes inibe a expressão emocional, contribuindo para o agravamento de quadros depressivos. Santos, Hauer e Furtado (2019) reforçam que, embora os índices de suicídio sejam alarmantes, ainda há pouca reflexão prática sobre o sofrimento gerado pela rotina de perigo. Além disso, Meneses et al. (2025) destacam que o estigma faz com que o suporte psicológico ainda seja visto com reserva pela tropa, enquanto Monteconrado et al. (2025) associam esse cenário ao aumento do absenteísmo e das licenças psiquiátricas na PMAM.

Na realidade amazônica, esses fatores são agravados pelas peculiaridades operacionais. O policial lida não apenas com a criminalidade, mas com as dificuldades logísticas e o isolamento geográfico (Fernandes e Gama, 2025). Quando o sofrimento não encontra espaço de fala, ele se acumula. Bassani (2024) observa que as discrepâncias no atendimento de saúde mental entre os estados brasileiros tornam o tema urgente, exigindo políticas públicas que considerem a Psicologia Policial como especialidade necessária para romper o isolamento do profissional.

2.2. O DEVER DE ESCUTAR: O PAPEL DO OFICIAL NA PREVENÇÃO DO SUICÍDIO

Exige-se da tropa a coragem para falar, por outro lado, o oficialato tem o dever ético e funcional de escutar. O papel do comandante ultrapassa a gestão operacional; ele é o primeiro agente de saúde mental da sua unidade.

Porto e Silva (2018) destacam que a prevenção exige do comandante uma "atenção flutuante" para identificar sinais sutis: mudanças repentinas de humor, desleixo com a apresentação pessoal ou isolamento em relação ao grupo. Para os autores, a capacitação do oficial para perceber esses sinais e intervir sem burocracia é a primeira linha de defesa da corporação.

Segundo Silva e Bueno (2017), o conhecimento detalhado das "pistas" do intento suicida

é o grande trunfo que as corporações devem oferecer aos seus gestores.

A postura do oficial diante de um subordinado em sofrimento é determinante. O comandante deve realizar o acolhimento de forma humanizada, evitando julgamentos morais. Del Fiol (2023) ressalta que compreender os fatores de risco e promover o diálogo nos quartéis são esforços fundamentais para a prevenção. Para Mussolini Filho e Leão (2022), a compreensão da incidência desses eventos é o que permite quebrar a "cadeia de indiferença" que muitas vezes permeia a relação entre comando e subordinado.

Além disso, a liderança deve combater fatores organizacionais como o assédio moral. A Portaria nº 001/2025 CMT G/PMAM, analisada por Rossi, Miyadaira e Aguiar (2025), institucionaliza o combate ao assédio e à discriminação na PMAM, reforçando que a autoridade militar não afasta o dever de preservar a dignidade humana. Nesse sentido, o oficial que escuta fortalece a lealdade e a coesão da tropa, transformando a gestão em um braço da proteção social (Fernandes e Gama, 2025).

2.3. ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS: PROGRAMAS E A ATUAÇÃO DO ALTO COMANDO DA PMAM

A prevenção ao suicídio na PMAM tem avançado através de ações estratégicas. O Alto Comando tem demonstrado uma postura proativa ao fortalecer programas de suporte biopsicossocial. Entre as iniciativas, a assistência religiosa tem se mostrado uma ferramenta de coping eficaz. Segundo Meirelis e Vieira (2025), a capelania atua como fator de proteção e resiliência, oferecendo suporte espiritual que auxilia o policial a lidar com a natureza trágica de sua missão, servindo como uma rede de proteção integral.

No âmbito da saúde, a atuação do Centro de Psicologia e projetos como o PROCYON, focado na dependência química, são vitais, visto que o abuso de substâncias é um fator de risco elevado (Meneses et al., 2025). Além disso, a integração com ações acadêmicas, como as descritas por Silva e Delgado (2025) no CPA Norte em Manaus, demonstra a eficácia de abordagens interdisciplinares de conscientização que aproximam a ciência da saúde do cotidiano militar.

A institucionalização de normas contra o assédio (Rossi et al., 2025) e a análise epidemiológica de casos, como sugerido por Pereira, Madruga e Kawahala (2020) em estudos similares no sul do país, são passos essenciais para saneamento do ambiente organizacional. Como destaca Milani e Lima (2024), a prevenção eficaz requer a colaboração de múltiplos setores da sociedade e da corporação. Essas ações demonstram que a prevenção é uma política de comando que deve permear todos os níveis da corporação, garantindo o direito fundamental

à saúde mental.

2.4. A PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA: DURKHEIM E O MEIO MILITAR

A análise do suicídio nas forças de segurança encontra respaldo teórico clássico na obra de Émile Durkheim. Conforme analisado por Soares e Lima (2025), o suicídio não deve ser visto apenas como um ato individual de desespero, mas como um fato social influenciado pela integração do indivíduo no grupo. No contexto militar, observam-se duas tipologias durkheimianas predominantes: o suicídio altruísta e o suicídio anômico.

O suicídio altruísta ocorre quando há uma integração excessiva do indivíduo ao grupo, onde a identidade pessoal é anulada em favor da identidade coletiva. Na Polícia Militar, o "espírito de corpo" e a abnegação da própria vida em defesa da sociedade podem criar uma predisposição onde o militar enxerga sua existência apenas através da utilidade para a corporação. Quando essa utilidade é questionada — por afastamento médico, punição ou aposentadoria — o sentido da vida se esvai.

Por outro lado, o suicídio anômico, também citado nos estudos sobre a realidade policial, surge da falta de regulação social e da perda de referências. A insegurança jurídica na atuação policial e a sensação de "enxugar gelo" no combate ao crime geram um estado de anomia, onde o policial perde a conexão com as normas que deveriam protegê-lo.

8

2.5. A IDENTIDADE DO "GUERREIRO" E O CONCEITO DE PSYCHACHE

Aprofundando a psicologia do sofrimento policial, é imperativo discutir a construção da masculinidade hegemônica na caserna. Pessoa e Aguiar (2026) destacam que a formação do policial militar, muitas vezes baseada em uma "pedagogia do sofrimento", ensina que resistir à dor (física e emocional) é uma virtude, enquanto expressá-la é um vício. Essa cultura do silêncio impede o reconhecimento do adoecimento.

Nesse cenário, aplica-se o conceito de Psychache (dor psicológica insuportável), (SHNEIDMAN apud SOARES et al., 2025). Desta forma, o suicídio não ocorre por um desejo de morte, mas como um meio de cessar uma dor psicológica intolerável causada por necessidades psicológicas frustradas — como a necessidade de reconhecimento, segurança e pertencimento. Quando o policial, inserido em um ambiente de alta pressão e baixo suporte, não encontra canais para drenar essa dor (a "válvula de escape"), o ato extremo surge como única solução para "desligar" o sofrimento.

2.6. FATORES DE RISCO OCUPACIONAL: O PARADOXO DA ARMA DE FOGO

O ambiente de trabalho policial é permeado por estressores únicos que Santos, Hauer e Furtado (2019) classificam como "tensão constante". No entanto, o fator de risco mais letal e paradoxal é o acesso à arma de fogo.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2025) revela um dado alarmante: a arma, símbolo de poder e proteção do policial, é o instrumento utilizado em 93,9% dos casos de suicídio na categoria. Cria-se, portanto, um paradoxo de difícil resolução para a gestão: o desarmamento do policial em sofrimento é uma medida de segurança necessária, mas, na cultura militar, o desarmamento é frequentemente interpretado como uma "castração" profissional e uma humilhação perante a tropa.

Além disso, a exposição contínua à violência e à morte — o que a literatura chama de "trauma vicário" — acumula resíduos traumáticos na psique do policial. Sem o devido processamento dessas experiências, o militar desenvolve quadros de Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), que, não tratados, elevam exponencialmente o risco de suicídio.

2.7. A RESPONSABILIDADE ESTATAL E O DEVER DE TUTELA

Sob a ótica jurídica, a prevenção ao suicídio policial deixa de ser uma questão de "bem-estar" e torna-se uma obrigação constitucional. Siqueira e Do Passo (2025) argumentam que o Estado, ao investir o cidadão de poder de polícia e submetê-lo a riscos diferenciados, assume uma responsabilidade objetiva sobre sua integridade psicofísica (Teoria do Risco Administrativo).

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 196, garante a saúde como direito de todos e dever do Estado. Mais especificamente, Fernandes e Gama (2025) lembram que a Lei nº 13.675/2018 (Lei do SUSP) e a recente Lei Orgânica das Polícias Militares (Lei nº 14.751/2023) trazem diretrizes claras sobre a valorização do profissional e a obrigatoriedade de programas de acompanhamento psicossocial.

A omissão do Estado em fornecer esses programas, especialmente no contexto amazônico — marcado por isolamento geográfico e déficit de efetivo —, pode ser caracterizada como uma "violência invisível" ou institucional. O Estado que arma a mão do policial também deve ser o Estado que segura essa mão nos momentos de crise.

A responsabilidade do Estado não se restringe à integridade física do policial. Conforme argumentam Araújo e Aguiar (2025), a dignidade da pessoa humana possui uma abrangência

psicológica indispensável; logo, um ambiente laboral que desconsidera a saúde mental — negando a insalubridade psíquica da atividade — é intrinsecamente desumano e viola direitos constitucionais básicos.

2.8. A NECESSIDADE DE UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR INTEGRADA

Por fim, a prevenção efetiva exige uma abordagem que vá além do consultório psicológico. Silva e Delgado (2025) demonstram, através de ações extensionistas no CPA Norte em Manaus, que a abordagem interdisciplinar (envolvendo enfermagem, psicologia e serviço social) tem maior eficácia na quebra de barreiras.

Neste eixo, a liderança exerce papel central. O "dever de escutar" não é apenas uma gentileza, mas uma ferramenta técnica de gestão. O comandante que pratica a escuta ativa e identifica mudanças de comportamento na tropa (isolamento, agressividade, queda de produtividade) atua como o primeiro elo da rede de proteção.

Ademais, a promoção da saúde física também é saúde mental. Soares et al. (2025) evidenciam que a prática regular de atividade física na corporação atua na regulação neuroquímica (liberação de endorfinas) e no fortalecimento dos laços de camaradagem, combatendo o isolamento social que precede o ato suicida.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. FATORES DE RISCO E A CULTURA DO SILENCIAMENTO: O PESO DE SER "HERÓI"

Os resultados indicam que a construção da identidade do policial militar na Amazônia é profundamente atravessada por uma "pedagogia do sofrimento", no sentido de que resistir à dor física e psicológica é visto culturalmente como uma virtude, enquanto expressá-la é interpretado como um vício ou fraqueza moral. Essa cultura organizacional fomenta o mito da invulnerabilidade e o estereótipo do "herói" (CRUZ; ROCHA, 2025). Além disso, o militar é submetido diariamente a uma carga emocional excessiva, sendo cobrado por rapidez e eficácia nos resultados, muitas vezes sem dispor dos meios adequados ou do suporte emocional necessário para processar essa tensão (DEL FIOL, 2023).

Essa dinâmica transforma o policial no que a literatura local descreve como uma "máquina de produzir silêncio". Este silêncio não é apenas uma escolha individual, mas um reflexo de uma estrutura hierárquica rígida que confunde disciplina com a supressão da

subjetividade humana, levando ao absenteísmo e ao adoecimento silencioso (FERREIRA JUNIOR; TAVARES; CURSINO, 2025; MONTECONRADO et al., 2025).

O Estigma como Barreira: O medo do julgamento pelos pares e o receio de punições administrativas — como a perda do porte de arma ou o afastamento das funções operacionais — fazem com que o militar perceba a dor emocional como uma falha de caráter. Esse estigma inibe a busca por ajuda especializada, criando um cenário de subnotificação onde o sofrimento psíquico só se torna visível quando o colapso é iminente (SANTOS; HAUER; FURTADO, 2019).

Sob outro prisma, A análise da PMAM sob a ótica da insalubridade revela que a ausência de proteção efetiva não gera apenas prejuízos individuais, mas sociais. Araújo e Aguiar (2025) alertam que a fragilidade na proteção à saúde do trabalhador policial resulta em ônus para a Previdência e para o Sistema Único de Saúde, além de comprometer a segurança de toda a sociedade amazonense, uma vez que o adoecimento mental impacta diretamente na qualidade do serviço prestado.

O Paradoxo da Arma de Fogo: A arma, símbolo máximo de proteção e autoridade policial, converte-se no principal instrumento de letalidade autoprovocada. Dados recentes apontam que a arma de fogo é utilizada em cerca de 93,9% dos casos de suicídio na categoria (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025). Isso gera um complexo dilema de gestão: embora o recolhimento da arma seja uma medida de segurança necessária em crises, ele é sentido pelo policial como uma "castração" profissional e uma perda de identidade, agravando o sentimento de inutilidade, sendo o acesso ininterrupto ao armamento um fator crítico de risco (PEREIRA; MADRUGA; KAWAHALA, 2020).

O Contexto Amazônico e a "Violência Invisível": Fatores idiossincráticos da região amazônica, como o isolamento geográfico de batalhões no interior e as extremas dificuldades logísticas, potencializam o quadro de estresse (SIQUEIRA; DO PASSO, 2025). Esse cenário configura o que Pessoa e Aguiar (2026) denominam de "violência invisível": uma forma de vitimização que transcende o risco operacional direto e se instala nas falhas de proteção estatal. Para os autores, as mortes fora de serviço e os suicídios na PMAM devem ser diagnosticados não como fatalidades, mas como graves problemas de saúde ocupacional e gestão institucional, exacerbados pela sensação de anomia social.

3.2. O DEVER DE ESCUTAR: A LIDERANÇA COMO PRIMEIRO ELO DE PROTEÇÃO

A pesquisa demonstra que o comando possui um papel que transcende a gestão operacional e tática; o oficial deve ser compreendido como o primeiro agente de saúde mental de sua tropa. Estudos apontam que a postura do comandante é determinante: líderes que adotam uma gestão baseada apenas no rigor disciplinar, ignorando as necessidades humanas, contribuem para o agravamento do sofrimento psíquico (PORTO; SILVA, 2018).

Identificação de Sinais e Prevenção: O suicídio raramente é um ato repentino sem aviso prévio; ele é o desfecho de um processo. Mudanças comportamentais sutis ou abruptas, como isolamento social, agressividade excessiva e queda vertiginosa de produtividade, são "pistas" comportamentais que exigem uma liderança atenta e capacitada para intervir antes da crise aguda (MILANI; LIMA, 2024). A prevenção exige a ampliação do diálogo nos batalhões, permitindo que o sofrimento seja verbalizado antes de se tornar um ato extremo (DEL FIOLE, 2023).

Acolhimento Humanizado: A transição para uma escuta empática e livre de julgamentos morais é capaz de quebrar a "cadeia de indiferença". O "dever de escutar" não significa condescendência com a indisciplina, mas o reconhecimento de que o policial é um sujeito de direitos. É necessário desconstruir mitos internos para lidar com a psicodinâmica do trabalho policial (MUSSOLINI FILHO; LEÃO, 2022).

Fortalecimento da Coesão: O oficial que pratica a escuta ativa e o acolhimento não apenas atua na prevenção do ato extremo, mas fortalece a lealdade, o espírito de corpo e a dignidade humana dentro do quartel. A liderança servidora cria um ambiente de segurança psicológica onde o militar se sente parte integrante da instituição, e não apenas uma peça substituível.

3.3. PROGRAMAS DE SUPORTE E A ATUAÇÃO DO ALTO COMANDO DA PMAM

A análise documental e bibliográfica revela que a Polícia Militar do Amazonas (PMAM) tem buscado institucionalizar ferramentas para enfrentar o problema através de uma abordagem multidisciplinar e biopsicossocial, alinhada com as diretrizes da nova Lei Orgânica das Polícias Militares (Lei nº 14.751/2023) (FERNANDES; GAMA, 2025).

Saúde Física como Estratégia Preventiva: Além do suporte psicológico, a promoção da saúde física surge como um vetor essencial de prevenção. Soares et al. (2025) destacam que a prática regular de atividade física na corporação atua diretamente na regulação fisiológica da

ansiedade e do estresse, servindo como uma válvula de escape necessária para a pressão da atividade policial e contribuindo significativamente para a qualidade de vida da tropa.

Redes de Acolhimento e Espiritualidade: Destaca-se também a atuação da Capelania Militar como rede de proteção espiritual. A pesquisa de Meirelis e Vieira (2025) evidencia que a fé e a assistência religiosa na PMAM atuam como poderosas estratégias de coping (enfrentamento), promovendo resiliência onde a técnica policial alcança seu limite.

Marcos Normativos e Combate ao Assédio: A implementação da Portaria nº 001/2025 do Comandante Geral da PMAM representa um avanço histórico. Segundo Rossi, Miyadaira e Aguiar (2025), ao instituir uma política clara de combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, a corporação ataca a raiz administrativa de muitos sofrimentos psíquicos, sinalizando que a saúde mental e a dignidade da tropa são prioridades estratégicas.

Educação e Descentralização: Ações interdisciplinares, como as realizadas em unidades do CPA Norte, demonstram que a aproximação entre a ciência da saúde e o cotidiano militar reduz o estigma. Segundo Silva e Delgado (2025), a descentralização do atendimento e a presença de acadêmicos de saúde nas unidades operacionais humanizam o ambiente de quartel, atuando na prevenção primária do suicídio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

13

A presente pesquisa confirmou a premissa de que o suicídio policial militar na Amazônia não é um evento isolado, mas o desfecho trágico de uma "cultura do silêncio" que, historicamente, negligenciou a saúde mental em nome de um ideal inalcançável de heroísmo. A análise evidenciou que esse fenômeno configura uma verdadeira "violência invisível", onde a omissão estatal e a pressão institucional por resultados transformam o agente da lei em vítima de sua própria proteção.

O estigma associado ao sofrimento psíquico continua sendo uma barreira letal, agravada pelo fácil acesso à arma de fogo e pela sensação de anomia social nas regiões mais isoladas.

Ficou demonstrado que a prevenção ao suicídio exige uma reconfiguração do papel da liderança. O oficial contemporâneo deve transcender a gestão tática e assumir o "dever de escutar" como competência profissional. Diante da carga emocional excessiva imposta à tropa, a capacidade do comando em identificar sinais precoces de adoecimento e oferecer acolhimento humanizado é a primeira linha de defesa contra o colapso mental.

No âmbito institucional, a Polícia Militar do Amazonas demonstra avanços

significativos com uma abordagem biopsicossocial. A implementação da Portaria nº 001/2025 e a descentralização do suporte no CPA Norte sinalizam um compromisso renovado com a dignidade da tropa. Ademais, constatou-se que estratégias integradas — que unem o suporte espiritual da Capelania, o acompanhamento psicológico e o incentivo à atividade física regular como reguladora do estresse — são indispensáveis para promover a resiliência e a qualidade de vida.

Conclui-se, portanto, que a redução dos índices de suicídio depende da consolidação dessas políticas públicas e da efetiva humanização das relações hierárquicas. É imperativo que a PMAM continue a transitar de uma cultura de punição para uma cultura de cuidado, onde a saúde física e mental seja tratada como direito fundamental. Somente quando a coragem de pedir ajuda for tão valorizada quanto a coragem de combater o crime, o "peso de ser herói" deixará de ser uma sentença de morte.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Polícia Militar do Amazonas. Portaria Normativa nº 001/2025, de 08 de abril de 2025. Institui a Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e ao Assédio Sexual no âmbito da Polícia Militar do Amazonas. Manaus, 2025.

AMAZONAS. Polícia Militar do Amazonas. Portaria nº 029/GAB CMT-G/PMAM, de 18 de julho de 2023. Aprova a Norma Procedimental de atenção à saúde mental de policiais militares envolvidos em ocorrências de vulto e de prevenção à violência autoprovocada. Manaus, 2023.

ARAÚJO, Camila Jatahy; AGUIAR, Denison Melo de. A /insalubridade no ambiente do trabalho e suas consequências jurídicas e sociais na PMAM. *Interference Journal*, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 9210-9226, 2025. DOI: <https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p9210-9226>.

BASSANI, Fernanda. O suicídio de policiais está sendo prevenido? Mapeamento do atendimento em saúde mental nas polícias e proposições para uma psicologia policial no Brasil. *Revista Pro Lege Vigilanda*, v. 3, n. 1, 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

BRASIL. Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023. Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

CRUZ, Caroline Furtado; ROCHA, Damião Evangelista. O peso de ser herói: quando o suicídio revela o sofrimento psíquico de policiais militares brasileiros. *Aurum Revista Multidisciplinar*, v. 1, n. 4, 2025.

DEL FIOLE, Alan Marcelo Zacarias. O suicídio entre policiais militares e os esforços para prevenção. *RECIMA21*, v. 4, n. 10, 2023.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025. Ano 19. São Paulo: FBSP, 2025.

FERNANDES, Jhoecynnara da Silva; GAMA, Arnaldo Costa. Saúde mental e direito social à saúde na Polícia Militar do Amazonas: desafios da efetivação do direito fundamental frente às exigências da atividade policial. *Interference Journal*, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 8915-8935, 2025.

FERREIRA JUNIOR, Edinaldo Inocêncio; TAVARES, Mayara Magna Oliveira; CURSINO, Alcirene Maria da Silva. A máquina de produzir silêncio: estresse, estigma e adoecimento psíquico na Polícia Militar do Amazonas. *Revista Geopolítica Transfronteiriça*, v. 11, n. 1, 2025.

MEIRELIS, Ernandes Costa; VIEIRA, Fabíola Vasques. A importância da capelania para a saúde mental do policial militar do Amazonas. *REASE*, v. 11, n. 12, 2025.

MENESES, Dieymesson Rodrigo Lopes et al. A importância do acompanhamento psicológico na qualidade de vida e desempenho funcional de policiais militares: um estudo com aplicabilidade na PMAM. *REASE*, v. 11, n. 12, 2025.

MILANI, Luana Daia; LIMA, Maicon Thiago de. Esforços para a prevenção do suicídio na Polícia Militar do Paraná. *Revista Contemporânea*, v. 4, n. 10, 2024.

15

MONTECONRADO, Glenda Martins et al. Saúde mental e absenteísmo na Polícia Militar do Amazonas. *Revista Geopolítica Transfronteiriça*, v. 11, n. 1, 2025.

MUSSOLINI FILHO, Luiz Sérgio; LEÃO, Andreza Marques de Castro. O suicídio na Polícia Militar no Estado de São Paulo: análise e compreensão da sua incidência. *REDPPC*, v. 11, n. 1, 2022.

PEREIRA, Gustavo Klauberg; MADRUGA, Amanda Batista; KAWAHALA, Edelu. Suicídios em uma organização policial-militar do sul do Brasil. *Cadernos Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 4, p. 500-509, 2020.

PESSOA, Marcus Paulo Monteiro de Sena; AGUIAR, Denison Melo de. A violência invisível na Amazônia: análise epidemiológica e institucional da vitimização policial (2022-2023). *Revista PPC - Políticas Públicas e Cidades*, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 01-12, 2026.

PORTO, Diego; SILVA, Daniel Nunes da. Prevenção do suicídio na Polícia Militar: a percepção do problema e alguns cuidados importantes a serem tomados pelos comandantes. *Revista Ordem Pública*, v. 10, n. 1, 2018.

ROSSI, Adna de Melo; MIYADAIRA, Fernando Yukio; AGUIAR, Denison Melo de. O Combate ao Assédio Moral, Sexual e Discriminação na Polícia Militar do Amazonas: Desafios da Portaria nº 001/2025. *Interference Journal*, v. 11, n. 2, 2025.

SANTOS, Rosemary de O. Boffi; HAUER, Roseli D.; FURTADO, Tânia M. G. O sofrimento psíquico de policiais militares em decorrência de sua profissão: revisão de literatura. *Revista Gestão & Saúde*, Curitiba, v. 20, n. 2, p. 16-29, 2019.

SILVA, Lucas Braulino Reis da; DELGADO, Thaís Barros. Ação extensionista por acadêmicos de enfermagem na prevenção do suicídio: abordagem interdisciplinar na conscientização dos policiais militares no Comando de Policiamento de Área (CPA) Norte, Manaus, Amazonas, Brasil. *Research, Society and Development*, [S.l.], v. 14, n. 12, e10141250138, 2025.

SILVA, Marco Antonio da; BUENO, Helen Paola Vieira. O suicídio entre policiais militares na Polícia Militar do Paraná: esforços para prevenção. *Revista de Ciências Policiais da APMG*, v. 1, n. 1, 2017.

SIQUEIRA, Natercia Sampaio; DO PASSO, Silvio Barbosa. Saúde mental e suicídio entre policiais militares no Amazonas: uma análise da responsabilidade do estado. *Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana*, Curitiba, v. 23, n. 7, p. 01-19, 2025.

SOARES, David Marques et al. A Importância da Atividade Física na Prevenção de Suicídio em Polícias Militares. *RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber*, São Paulo, Ano V, v. 2, 2025.

SOARES, Larissa Paes de Omena; LIMA, Wagner Soares de. Suicídio Policial: análise descritiva das mortes autoprovocadas de policiais militares de Alagoas (2012-2019). In: *Dimensões Prestacionais de Direitos Fundamentais*. [S.l.]: Uniedusul Editora, 2025. Cap. 5.